

Afinal de contas, Deus perdoa?

“O amor de Deus é para sempre.” (Salmo 136)

Introdução

Em palestras que proferimos, às vezes, fazíamos questão de perguntar ao público “Deus perdoa?”, só para ver como as pessoas reagiriam diante de tão curioso questionamento. Invariavelmente a maioria dizia sim; nós afirmávamos que não, esperando um pouco para medir a reação (pura maldade, diria um amigo, mas se for, era com muito amor. Rsrs), depois explicávamos o porquê de nós pensarmos assim.

Só após um longo e bom tempo é que chegamos à conclusão de que Deus jamais perdoa, porquanto ele é “inofendível”, servindo-nos dessa palavra, ainda não dicionarizada, mas utilizada alhures por filósofos e estudiosos bíblicos, como por exemplo, Huberto Rohden (1893-1981) ⁽¹⁾.

Realmente, para Deus se ofender, seria preciso que houvesse um ser que Lhe correspondesse em elevação e poder, o que, certamente, sabemos não existir. Ademais Ele teria que Se magoar com alguma coisa que Lhe fizéssemos; mas, obviamente, que no vocabulário divino não há essa palavra, que, aliás, não se coaduna com amor incondicional; visto que “*O amor de Deus é para sempre*” (Salmo 136), afirmação que, repetidas vezes, é recitada pelos hebreus, na grande ladainha de ação de graças por ocasião da Páscoa.

Por outro lado, das pessoas que disseram sim, as pouquíssimas que não entenderam a nossa explicação, ainda não se deram conta do amor infinito que Deus nutre por cada uma de suas criaturas, de forma que Ele não nos vê senão como crianças que “*não sabem o que fazem*” (Lucas 26,34), usando-nos dessa expressão de Jesus.

Não estranhe, caro leitor, com o fato de dizermos que encontramos apoio bíblico, para justificar essa nossa crença de que Deus não perdoa e nem há o porquê perdoar:

Jó 35,5-8: “***Olhe atentamente para o céu e observe as nuvens que estão bem acima de você. Se você pecar, que mal estará fazendo a Deus? Se você amontoa crimes, que danos está causando para ele? E se você é justo, o que é que está dando a ele? O que é que ele recebe de sua mão? Sua maldade só pode afetar outro homem igual a você. Sua justiça só atinge outro ser***

1 ROHDEN, *Mahatma Gandhi, o Apóstolo da Não-Violência*, p. 27.

humano como você.” (grifo nosso).

Chamou-nos a atenção o início, que nos recomenda olhar para o céu e observar as nuvens, para assim tomarmos plena consciência de que Deus está muito acima de nós (que é o sentido de observe as nuvens), de tal forma que nada do que fizermos aqui embaixo O atingirá, já que “reside” nas alturas.

Acreditamos que Eliú, amigo de Jó, estava completamente correto, pois as nossas ações, sejam boas ou más, só atingem alguém como nós, jamais a Deus. Inclusive, é oportuno lembrar, que é o próximo, a quem ofendemos, que nos dará o seu perdão e não Deus, que nada tem a ver com a história. Entretanto, isso não significa que não tenhamos infringido a Lei de Amor, com a qual, um dia, ainda que decorra séculos e mais séculos, haveremos de nos harmonizar.

Como se vê o perdão

Para entendermos como, geralmente, se vê o perdão divino é necessário fazermos uma simples comparação. Talvez o exemplo possa não ser o ideal, mas, por falta de, no momento, conseguir elaborar um outro melhor, apresentamo-lo:

Raul, o farmacêutico da pequena cidade de Lagoa Azul, ainda preocupado com a notícia recebida, acorda meio sonolento, após uma noite mal dormida. Seu problema era: como conseguiria o dinheiro para reformar o cômodo que lhe foi ofertado, no ponto mais comercial do que o que tinha, uma vez que, para mudar sua farmácia para lá, haveria de fazer uma reforma, visando adaptá-lo às exigências legais.

Ao café da manhã, conversando com a esposa, ela lhe sugeriu como alternativa viável que pegasse um empréstimo bancário. Era algo que havia pensado, mas não falou nada, receoso de não ter o apoio de sua esposa para isso.

Resolvido, vai ao Banco e dirige-se à gerência, expondo que necessitava de uma certa quantia, que, embora não fosse muito alta, precisaria de uns seis meses para pagá-la. Como tinha bom conceito na instituição, não houve problema algum e o seu empréstimo foi aprovado.

Passa-se o tempo, Raul agora estava com sua farmácia bem localizada e as vendas iam, de certa forma, muito bem; porém, ainda não conseguira o dinheiro para pagar o banco, pois o que estava reservando para isso, acabou sendo gasto com despesas

hospitalares; sua esposa passara por sérios problemas de saúde, mas agora ela estava bem.

Vence-se o prazo, e Raul, ainda não fora ao banco; o pobre estava envergonhado de não ter podido cumprir o acordado. E assim, escondido atrás dessa vergonha, passam-se três meses do vencimento, quando recebe uma carta do banco convidando-o a regularizar a sua situação.

Como não havia outro jeito, meio sem graça, foi ao banco, dirigindo-se à gerência. O gerente apertou o “santo” de Raul, que mais envergonhado ficara; mas ainda encontrou uma réstia de coragem para dizer ao gerente: “Meu caro, você me conhece muito bem, sabe perfeitamente que nunca deixei de honrar com meus compromissos, foi por conta de um imprevisto que não pude pagar o empréstimo; porém, gostaria que, levando em consideração que sou bom cliente nessa instituição, você perdoasse essa minha dívida”.

O gerente só faltou cair da cadeira, diante de tão inusitado pedido; mas como não podia atendê-lo, propôs a Raul que pagasse a quantia, acrescidas dos juros legais, em prestações, que ele podia escolher qual o valor que tinha condições de pagar mensalmente e aí, sim, ele, dentro das atribuições de gerente, estabelecidas pelas regras do dono do Banco, poderia atendê-lo.

Raul, mentalmente, calculou e disse ao gerente que poderia pagar um certo tanto por mês, o que foi aceito, sem maiores problemas. Realmente, o nosso personagem Raul cumpriu esse novo acordo, pagando toda a dívida junto ao banco.

O que querem, em relação a Deus, é exatamente o que Raul pediu ao gerente, ou seja, que simplesmente lhe perdoasse a dívida. Ora, o gerente, que estava ali para cumprir as regras, jamais poderia fazer isso, até mesmo por questão de justiça, pois teria que fazer o mesmo a todos os clientes e, aí, adeus banco...

Para melhor entendimento do exemplo façamos uma correlação entre o Raul e o dono do Banco, com a nossa relação com Deus; nesse caso, o que tem o dono do Banco com a dívida do Raul, se já foram estabelecidas as regras para o empréstimo, excluída a hipótese de perdão da dívida, por menor que seja, para não haver nenhuma hipótese de injustiça em relação aos demais clientes do Banco, não importando em quanto tempo a dívida vai ser paga, pois, se assim não for, alguém vai ter que pagar pelo que recebeu o perdão da dívida. Daí, surge-me a pergunta: quem, sendo cliente

do Banco, vai aceitar uma situação dessas, de responder pela dívida de outrem, ainda que seja uma parcela mínima? Só não vale alguém vir dizer que Deus é soberano e que, portanto pode estabelecer a regra que quiser, que temos que aceitá-la; mas, ainda subsiste a dúvida; será justa uma regra dessas?

No que toca a Deus, isso seria, no mínimo, um verdadeiro “adeus” à lei de amor e à lei de causa e efeito (Justiça). Porém, como o gerente do banco conhecia bem o seu devedor, fez-lhe a proposta de recebê-la ao longo de um determinado tempo e de acordo com a capacidade econômica de Raul. Isso para Raul foi a tábua de salvação. Será que dentro da situação acima descrita, se o leitor fosse cliente desse Banco, aceitaria que o gerente rateasse a dívida de todos os clientes inadimplentes com os demais clientes?

Da mesma forma, temos que admitir que “Deus jamais nos perdoará” as faltas que cometermos contra a Lei de Amor; porém, de modo algum deixará de nos dar oportunidade de, em “suaves prestações”, buscarmos nos harmonizar com ela. Então, se querem admitir que Deus perdoa, somente se entendermos esse perdão como sendo Ele dando-nos novas oportunidades para quitarmos nossos débitos.

Fica, disso, um aviso aos que querem o “céu” de graça, pois terão desagradáveis surpresas, quando do retorno à pátria espiritual.

O ponto de vista do Espiritismo

No Espiritismo temos como verdade a “Lei de Causa e Efeito” (que nós consideramos como princípio áureo de justiça), que, como sabemos, faz parte do rol de seus princípios fundamentais, ela que “exige” do infrator a reparação de tudo aquilo que fez infringindo a Lei de Amor. Na reparação, a misericórdia divina nos proporciona “pagar” pelo amor, fazendo o bem aos outros, ou “sofrer na própria pele” o mal praticado, visando, nesse caso, dar-nos melhores condições de avaliar a extensão das consequências do nosso ato, e, com isso, não mais praticá-lo no futuro.

É preciso ficar claro que o “sofrer na própria pele”, passando por dores e sofrimentos, em verdade, não se paga nada, trata-se apenas de uma figura de linguagem, que significa dizer que, quando ainda não temos a lei de amor instalada dentro de nossos corações, é que passaremos pelo mesmo mal que fizemos os outros sofrerem, uma vez que somente assim é que teremos condições de avaliar a extensão desse mal e, no futuro, trilhar o caminho da Lei de amor, Portanto, a única maneira de “pagar” alguma coisa é pelo amor, porquanto “*o amor cobre multidão de pecados*” (1Pedro 4,8).

Na *Revista Espírita*, junho de 1859, encontramos algo bem interessante. Trata-se do relato da sessão realizada em 25 de março, junto à Sociedade Espírita de Paris,

na qual foram feitas várias perguntas ao espírito São Luís; entre elas destacamos esta: “Os Brancos se reencarnam, algumas vezes, em corpos negros?” Eis a resposta:

Sim, quando, por exemplo, um senhor maltratou um escravo, ele pode pedir para si, por expiação, viver num corpo de negro para sofrer, a seu turno, todos os sofrimentos que fez sentir e, **por esse meio, avançar e alcançar o perdão de Deus**. (grifo nosso)
(²)

Disso, fica bem claro que o “perdão de Deus” somente é concedido caso o infrator se disponha a reparar o mal que praticou; porém, isso é bem simbólico, porquanto, a própria lei divina é que foi atingida e não, propriamente, Deus.

Vejamos em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, no capítulo V – Bem-aventurados os aflitos, um trecho do comentário de Kardec, sobre as causas atuais das nossas aflições:

A lei humana atinge certas faltas e as pune. Pode, então, o condenado reconhecer que sofre a consequência do que fez. Mas a lei não atinge, nem pode atingir todas as faltas; incide especialmente sobre as que trazem prejuízo à sociedade e não sobre as que só prejudicam os que as cometem. **Deus, porém, quer que todas as suas criaturas progridam e, portanto, não deixa impune qualquer desvio do caminho reto. Não há falta alguma, por mais leve que seja, nenhuma infração da sua lei, que não acarrete forçosas e inevitáveis consequências, mais ou menos deploráveis**. Daí se segue que, nas pequenas coisas, como nas grandes, **o homem é sempre punido por aquilo em que pecou**. Os sofrimentos que decorrem do pecado são-lhe uma advertência de que procedeu mal. Dão-lhe experiência, fazem-lhe sentir a diferença existente entre o bem e o mal e a necessidade de se melhorar para, de futuro, evitar o que lhe originou uma fonte de amarguras; sem o que, motivo não haveria para que se emendasse. Confiante na impunidade, retardaria seu avanço e, conseqüentemente, a sua felicidade futura. [...]. (grifo nosso) (³)

Observe, caro leitor, que Kardec é taxativo em dizer que Deus “não deixa impune qualquer desvio” e que “não há falta alguma, por mais leve que seja, nenhuma infração da sua lei, que não acarrete forçosas e inevitáveis consequências” o que, julgamos, põe por terra toda e qualquer crença em um perdão puro e simples, do qual nada reste a pagar pelas infrações à qualquer uma das leis divinas.

Ainda em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, no capítulo X – Bem-aventurados os que são misericordiosos, transcrevemos agora o seguinte trecho da instrução do espírito João, bispo de Bordeaux:

Que é o que pedis ao Senhor, quando implorais para vós o seu perdão? Será unicamente o olvido das vossas ofensas? Olvido que vos deixaria no nada, porquanto, **se Deus se limitasse a esquecer as vossas faltas, Ele não puniria, é exato, mas tampouco recompensaria**. A recompensa não pode constituir prêmio do bem que não

2 KARDEC, *Revista Espírita* 1859, p. 163.

3 KARDEC, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, p. 106-107.

foi feito, nem, ainda menos, do mal que se haja praticado, embora esse mal fosse esquecido. **Pedindo-lhe que perdoe os vossos desvios, o que lhe pedis é o favor de suas graças, para não reincirdes neles**, é a força de que necessitais para enveredar por outras sendas, as da submissão e do amor, nas quais podereis juntar ao arrependimento a reparação. (grifo nosso) (4)

O perdão, como um pedido de graça, para não mais reincidir no erro, é o único sentido que vemos no caso de se insistir na hipótese de que Deus realmente perdoa, ou seja, ele apenas releva nossas faltas, na justa medida em que as repararmos: seja pelo amor, seja pela dor.

Para completar o nosso raciocínio, vejamos o que Kardec comenta, em *O Céu e o Inferno*, sobre o Código penal da vida futura, que tem relação direta com o nosso assunto:

O arrependimento, conquanto seja o primeiro passo para a regeneração, não basta por si só; são precisas a *expição* e a *reparação*.

Arrependimento, *expição* e *reparação* constituem, portanto, as três condições necessárias para apagar os traços de uma falta e suas consequências. O arrependimento suaviza os travos da expiação, abrindo pela esperança o caminho da reabilitação; **só a reparação, contudo, pode anular o efeito destruindo-lhe a causa. Do contrário, o perdão seria uma graça, não uma anulação.** (grifo nosso) (5)

Exatamente como, anteriormente, já foi dito. Se, de qualquer forma, nós temos que “pagar”, então, na prática não há mesmo o perdão de Deus, no sentido em que habitualmente nele se crê, ilustrado no exemplo que demos acima com a história de Raul, o farmacêutico.

E, aproveitando que estamos com a obra *O Céu e Inferno* em mãos, transcreveremos mais alguns trechos, pinçados aqui e ali, das considerações de Kardec sobre o código penal da vida futura:

Não há uma única imperfeição da alma que não importe funestas e inevitáveis consequências, como não há uma só qualidade boa que não seja fonte de um gozo. (p. 98)

Sendo infinita a justiça de Deus, o bem e o mal são rigorosamente considerados, **não havendo uma só ação, um só pensamento mau que não tenha consequências fatais**, como não há uma única ação meritória, um só bom movimento da alma que se perca, *mesmo para os mais perversos, por isso que constituem tais ações um começo de progresso.* (p. 99)

Toda falta cometida, todo mal realizado é uma dívida contraída que deverá ser paga; se não for em uma existência, sê-lo-á na seguinte ou seguintes, porque todas as existências são solidárias entre si. Aquele que se quita numa existência não terá necessidade de pagar segunda vez. (p. 99)

Não há regra absoluta nem uniforme quanto à natureza e duração do castigo: – a

4 KARDEC, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, p. 189-190.

5 KARDEC, *O Céu e o Inferno*, p. 101.

única lei geral é que toda falta terá punição, e terá recompensa todo ato meritório, *segundo o seu valor*. (p. 100)

O único meio de evitar ou atenuar as consequências futuras de uma falta, está no repará-la, desfazendo-a no presente. Quanto mais nos demormos na reparação de uma falta, tanto mais penosas e rigorosas serão, no futuro, as suas consequências. (p. 106)

Certo, a misericórdia de Deus é infinita, mas não é cega. **O culpado que ela atinge não fica exonerado, e, enquanto não houver satisfeito à justiça, sofre as consequências dos seus erros**. Por infinita misericórdia, devemos ter que Deus não é inexorável, deixando sempre viável o caminho da redenção. (p. 107)

A cada um segundo as suas obras, no Céu como na Terra: – tal é a lei da Justiça Divina. (p. 109)

(grifo nosso) ⁽⁶⁾

Fica evidente, em todos esses trechos, que sofreremos as consequências de nossos maus atos; sem perdão.

Conclusão

Estamos plenamente de acordo com o profeta Isaías quando disse: “[...] **se se perdoar o ímpio, ele não aprenderá a justiça**, na terra da retidão ele se entregará ao mal e não verá a majestade do Senhor.” (Isaías 26,9-10, grifo nosso)

Provavelmente, Paulo, o apóstolo dos gentios, também compreendia da mesma forma o que estamos colocando: “*Não se iludam, pois com Deus não se brinca: **cada um colherá aquilo que tiver semeado***.” (Gálatas 6,7, grifo nosso)

Continuando, a citar passagens da Bíblia, temos mais uma para justificar nosso pensamento, qual seja:

Naum 1,3: “*O Senhor é paciente, mas grande em poder. **O Senhor jamais deixa alguém impune***. [...]” (grifo nosso)

Veja bem, caro leitor, se “*o Senhor jamais deixa alguém impune*”, consequentemente podemos concluir que ele também **jamais perdoo**; porém, fará de tudo para nos corrigir e ensinar, conforme é dito neste passo:

Eclesiástico 18,12: “*A misericórdia do homem é para o seu próximo, porém a misericórdia do Senhor é para todos os seres vivos. **Ele repreende, corrige, ensina e dirige, como o pastor conduz o seu rebanho***.” (grifo nosso)

Ora, um pastor que se preze, ama a todas as suas ovelhas, jamais as maltrata, faz de tudo para corrigi-las, ensinando-lhes aquilo que julga ser bom para elas.

André Luiz (espírito), pela psicografia de Waldo Vieira (1932-2015), afirmou: “**Deus é Equidade Soberana, não castiga e nem perdoo**, mas o ser consciente

6 KARDEC, *O Céu e o Inferno*, p. 97-109, *passim*.

profere para si as sentenças de absolvição ou culpa ante as Leis Divinas”. (grifo nosso)
 (7) Em analisando o texto, onde se encontra essa frase, a equipe da Redação do site Momento Espírita conclui: **“Nem castigo, nem perdão. Deus não castiga porque suas leis são de amor, e não perdoa porque jamais se ofende.”** (grifo nosso) (8)

De uma mensagem que nos foi passada, para avaliação, ditada pelo espírito Silas, através da psicografia do médium Keywison F. Braga (Divinópolis, MG), transcrevemos o seguinte trecho:

[...] **Deus não precisa perdoar os desacertos**, devido que não carrega ira e nem mágoa, eis que não tem orgulho, **não se ofende**, portanto a necessidade do perdão é exclusivamente dos seres inferiores que se deflagram com os erros que mesmo cometem.

O perdão é o ato de aliviar a culpa alheia sem ter de corrigi-la; através das dificuldades o criador nos impõe o recurso da corrigenda, não pelo perdão, mas pelo amor. [...] (grifo nosso) (9)

Corroborando o que foi dito no parágrafo imediatamente anterior.

Narrando alguns fatos sobre a vida de Mahatma Gandhi (1869-1948), o escritor Prof. Huberto Rohden, informa que:

Pelo fim da vida, foi Gandhi interrogado se havia perdoado todas as ofensas que recebera da parte de seus ofensores, e o Mahatma pôde responder com verdade: **“nada tenho que perdoar, porque nunca ninguém me ofendeu”**. (grifo nosso) (10)



Então, com muito mais forte razão, nós reafirmamos com absoluta convicção que Deus, o amor infinito, não perdoa, porquanto jamais se ofende.

Diante de tudo o que expusemos, não há como mudar de opinião; aliás, agora, mais do que nunca, acreditamos estar, sim, de acordo com os princípios doutrinários apregoados pelo Espiritismo; porém, sabemos que nossa opinião pode, ainda assim, não ser aceita; não haverá problema, pois não nos julgamos donos da verdade, mas apenas um buscador dela.

Paulo da Silva Neto Sobrinho
 Mai/2012
 (versão 13 – revisão fev/2017)

7 XAVIER e VIEIRA, *O Espírito da Verdade*, p. 190.

8 www.momentoespirita.com.br

9 BRAGA, *Alvorada de Bençãos*.

10 ROHDEN, *Mahatma Gandhi, o Apóstolo da Não-violência*, p. 128,

Referência bibliográfica:

BRAGA, K. F. *Alvorada de Bênçãos*. 2012.

KARDEC, A. *Revista Espírita 1859*. Araras, SP: IDE, 1993e.

KARDEC, A. *O Céu e o Inferno*. Rio de Janeiro: FEB, 2007d.

KARDEC, A. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Rio de Janeiro: FEB, 2007c.

ROHDEN, H. *Mahatma Gandhi, o Apóstolo da Não-violência*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

XAVIER, F. C. e VIEIRA, W. *O Espírito da Verdade*. Rio de Janeiro: FEB, 2006.

REDAÇÃO SITE MOMENTO ESPÍRITA. *Nem castigo, nem perdão*. http://www.momento.com.br/pt/ler_texto.php?id=1223&stat=3&palavras=nem%20casrigo&tipo=t, acesso em 20.06.2012, às 14:10hs.

Este artigo foi publicado:

- revista ***Espiritismo & Ciência***, nº 98. São Paulo: Mythus Editora, nov/2012, p. 16-24;

- revista ***Espiritismo & Ciência***, nº 105. São Paulo: Mythus Editora, jul/2019, p. 52-59.

- revista digital ***O Consolador*** nº 298. Londrina, PR, fev/2013 - parte 1 e nº 299, fev/2013 - parte 2 e final.